



**MARINHA DO BRASIL**  
**CENTRO DE MUNIÇÃO DA MARINHA**  
**ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES**  
**LEI 14.133/21**

**ANEXO III ETP – CONTRATAÇÃO DIRETA Nº90007/2025**

**Processo Administrativo Nº. 63019.000288/2025-08**

**1 – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:**

I - O presente estudo visa fundamentar a *aquisição e instalação* de lona plástica extra forte em polietileno de baixa densidade, para mitigação da infiltração de águas pluviais e contenção de processos erosivos na encosta do Centro de Munição da Marinha.

II - A ação preventiva busca evitar a degradação do solo e a progressão da erosão, garantindo maior estabilidade ao terreno e segurança para as operações da unidade.

III - A instalação das lonas com piquetes de madeira permitirá a fixação adequada ao solo, prevenindo deslocamentos causados por ventos e chuvas intensas.

IV - O material solicitado (lona plástica) tem custo acessível e alta eficiência na proteção temporária de taludes, reduzindo riscos de deslizamentos e garantindo maior estabilidade ao solo. A medida está alinhada com ações preventivas do planejamento estratégico para preservação da infraestrutura e segurança das instalações militares.

V - A ausência de medidas mitigadoras pode resultar em:

- a - Aumento da erosão e instabilidade da encosta, afetando a segurança da área;
- b - Elevação dos custos com futuras obras de contenção;
- c - Possível comprometimento da operação logística e administrativa da unidade

**2 - ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO**

I – O Decreto nº 10.947/2022 regulamenta o inciso VII do caput do art. 12 da Lei nº 14.133/2021 para dispor sobre o Plano de Contratações Anual (PCA) e instituir o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações - PGC. O PCA tem como objetivos: racionalizar as contratações das unidades administrativas de sua competência, por meio da promoção de contratações centralizadas e compartilhadas; garantir o alinhamento com o planejamento estratégico, o plano diretor de logística sustentável e outros instrumentos de governança existentes; subsidiar a elaboração das leis orçamentárias; evitar o fracionamento de despesas; e sinalizar intenções ao mercado fornecedor, de forma a aumentar o diálogo e incrementar a competitividade.

II – As Forças Armadas são dispensadas de cumprirem o Decreto nº 10.947/2022, conforme Decreto nº 11.137/2022, sem prejuízo da observância do princípio do planejamento de que trata o art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

III – Ressalta-se o alinhamento entre a contratação e a última atualização de planejamento das contratações do decorrente exercício financeiro previsto como subsídio do PAR (Plano de Aplicação de Recursos) para ano de 2025, cuja ferramenta de planejamento de contratações é consubstanciada no Sistema de Acompanhamento Financeiro (SAFIN).

### **3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

I - O prazo de vigência da contratação será desde o **recebimento da Nota de Empenho** pela Contratada até o **recebimento de todo material e instalação** pela Contratante, bem como seu recebimento provisório, definitivo e pagamento, na forma do artigo 95 e 105 da Lei nº 14.133/2021;

II - Trata-se de bem comum a ser contratado por dispensa de licitação, enquadrando-se no **inciso II do Art. 75 da Lei nº 14.133/2021**;

III - A Contratada deverá seguir rigorosamente a descrição supracitada no Termo de Referência;

IV - Comunicar à Contratante, com **pelo menos 02 (dois) dias de antecedência** da data da entrega dos bens, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação; e

V - Efetuar a execução do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e sua proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

### **4 – ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS**

I – A definição do quantitativo a ser licitado pela Administração Pública deve ser pautada em indicar a forma de cálculo utilizada com os critérios técnicos claros e objetivos.

II – Para o correto dimensionamento das quantidades estimadas, a Divisão de Prefeitura (**CMM-32**) seguiu as recomendações do Laudo de Vistoria Nº LV 1.95180.030.13.004.22 e Anexo V do ETP PE.1.71280.042.SIT.001.25 ambos da DOCM, adequando-se as quantidades à demanda.

III – Diante do exposto, a administração pública tem o dever legal de demonstrar os critérios técnicos para a estimativa dos quantitativos licitados, com base na necessidade atual do CMM-32.

### **5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO**

I – Para a definição do objeto a ser adquirido, foi realizado um estudo detalhado sobre as características do item de interesse, considerando suas especificidades técnicas e a necessidade de adequação ao ambiente de aplicação. No levantamento de mercado, identificou-se a existência de soluções compatíveis, sendo fundamental delinear com precisão a especificação do objeto. Para isso, foram contatados fornecedores especializados que atuam no fornecimento do item em questão, garantindo a conformidade com as exigências técnicas e operacionais.

II - Adicionalmente, foi solicitado o apoio da Diretoria de Obras Civas da Marinha (DOCM), que realizou um estudo técnico das necessidades aplicadas ao local de instalação, especificamente na encosta da via de acesso ao Cais do Canal CMM. Esse estudo resultou no documento "Anexo V do ETP PE.1.71280.042.SIT.001.25", , que detalha as características do material a ser adquirido, bem como os requisitos técnicos para sua correta instalação. Também foram levadas em contas as informações contantes do Laudo de Vistoria Nº LV 1.95180.030.13.004.22, da DOCM.

#### **6 – JUSTIFICATIVA PARA A REALIZAÇÃO DE PESQUISA DE PREÇO CONCOMITANTE COM A FASE DE LANCES DA DISPENSA DE LICITAÇÃO**

I - Nos termos da Lei nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação na Administração Pública, a pesquisa de preços é um requisito essencial para garantir a vantajosidade da contratação e a economicidade dos gastos públicos.

II - O artigo 23 da Lei nº 14.133/2021 determina que a Administração deve adotar parâmetros de preços obtidos a partir de fontes diversas, tais como:

- a - Painéis de preços disponibilizados por órgãos e entidades da Administração Pública;
- b - Contratações similares realizadas por outros entes públicos ou privados;
- c - Pesquisas diretas junto a fornecedores;
- d - Uso de bases de dados públicos e outras fontes de referência.

III - Além disso, a Instrução Normativa SEGES/ME nº 67, de 8 de julho de 2021, que estabelece normas complementares à Lei nº 14.133/2021, reforça essa diretriz. Especificamente, o Art. 7º, § 4º, dispõe que, na hipótese de dispensa de licitação com base nos incisos I e II do artigo 75 da referida lei, a estimativa de preços pode ser realizada concomitantemente à seleção da proposta economicamente mais vantajosa.

IV - Considerando a necessidade de garantir maior competitividade e economicidade no processo de dispensa de licitação, a realização da pesquisa de preços de forma concomitante à fase de lances possibilita que a Administração:

- a - Obtenha valores mais vantajosos por meio da negociação direta e da concorrência entre os interessados, assegurando maior economicidade.

b - Reduza o risco de sobrepreço ou superfaturamento, uma vez que a pesquisa de preços tradicional pode não refletir as melhores condições comerciais disponíveis no mercado no momento da contratação.

c - Atenda ao princípio da eficiência (art. 5º, inciso III), otimizando o tempo do processo e garantindo que a Administração alcance o melhor valor possível dentro da legalidade.

d - Aplique corretamente o art. 72 da Lei nº 14.133/2021, que prevê a negociação com fornecedores mesmo nos casos de contratação direta, reforçando a busca pela proposta mais vantajosa.

V - Dessa forma, a realização da pesquisa de preços concomitante à fase de lances na dispensa de licitação está plenamente respaldada pelo ordenamento jurídico vigente. Além disso, essa metodologia permite que o valor de referência seja consolidado ao término do processo, refletindo os preços efetivamente praticados no mercado naquele momento, assegurando maior eficiência e alinhamento com os princípios da nova legislação de contratações públicas.

## **7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

I - Propõe-se que a dispensa de licitação seja realizada com a adoção do critério de "Menor preço global", sem a divisão em itens, de forma a garantir maior eficiência logística e melhor gestão da execução contratual, além de possibilitar maior controle e padronização no fornecimento do objeto.

II - A administração deve sempre buscar a solução mais vantajosa sob os aspectos técnico, econômico e logístico, assegurando a qualidade da aquisição e a eficiência na execução contratual. Nesse sentido, a adoção de um único fornecedor para todos os itens possibilita melhor integração entre os componentes adquiridos, reduzindo custos indiretos relacionados à gestão de múltiplos contratos, recebimento, inspeção e eventuais incompatibilidades técnicas.

III - Embora o parcelamento de objetos divisíveis seja, em regra, recomendado para ampliar a competitividade, deve-se considerar que, no caso em questão, a aquisição integral junto a um único fornecedor traz benefícios concretos, tais como: maior eficiência logística, garantia de uniformidade dos produtos fornecidos, redução do risco de incompatibilidades técnicas e otimização do processo de recebimento e fiscalização.

IV - O não parcelamento do objeto justifica-se pela necessidade de garantir a execução dos serviços ou fornecimento dos materiais de forma integrada, por um único fornecedor, evitando a fragmentação da responsabilidade e assegurando maior confiabilidade no cumprimento do prazo e na qualidade da entrega. Ademais, estudos de mercado demonstraram que a oferta dos itens em conjunto não compromete a competitividade da licitação e permite obter condições mais vantajosas na negociação.

V - Diante do exposto, opta-se pelo não parcelamento do objeto, assegurando a economicidade e a eficiência na execução contratual, conforme previsto no § 1º do Art. 40 da Lei nº 14.133/2021, garantindo uma contratação mais segura e vantajosa para a Administração.

## **8 - JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO**

I - Propõe-se que a dispensa de licitação seja realizada com a adoção do critério de "Menor preço global", sem a divisão em itens, de forma a garantir maior eficiência logística e melhor gestão da execução contratual, além de possibilitar maior controle e padronização no fornecimento do objeto.

II - A administração deve sempre buscar a solução mais vantajosa sob os aspectos técnico, econômico e logístico, assegurando a qualidade da aquisição e a eficiência na execução contratual. Nesse sentido, a adoção de um único fornecedor para todos os itens possibilita melhor integração entre os componentes adquiridos, reduzindo custos indiretos relacionados à gestão de múltiplos contratos, recebimento, inspeção e eventuais incompatibilidades técnicas.

III - Embora o parcelamento de objetos divisíveis seja, em regra, recomendado para ampliar a competitividade, deve-se considerar que, no caso em questão, a aquisição integral junto a um único fornecedor traz benefícios concretos, tais como: maior eficiência logística, garantia de uniformidade dos produtos fornecidos, redução do risco de incompatibilidades técnicas e otimização do processo de recebimento e fiscalização.

IV - O não parcelamento do objeto justifica-se pela necessidade de garantir a execução dos serviços ou fornecimento dos materiais de forma integrada, por um único fornecedor, evitando a fragmentação da responsabilidade e assegurando maior confiabilidade no cumprimento do prazo e na qualidade da entrega. Ademais, estudos de mercado demonstraram que a oferta dos itens em conjunto não compromete a competitividade da licitação e permite obter condições mais vantajosas na negociação.

V - Diante do exposto, opta-se pelo não parcelamento do objeto, assegurando a economicidade e a eficiência na execução contratual, conforme previsto no § 1º do Art. 40 da Lei nº 14.133/2021, garantindo uma contratação mais segura e vantajosa para a Administração.

## **9 - RESULTADOS PRETENDIDOS**

I - Redução da infiltração de água pluvial no solo, minimizando o avanço da erosão;

II - Prevenção de deslizamentos de terra, garantindo a segurança da infraestrutura militar;

III - Preservação da vegetação e do equilíbrio ambiental da área;

IV - Diminuição da necessidade de reparos emergenciais, reduzindo custos operacionais;

V - Solução temporária eficiente, permitindo que medidas definitivas sejam planejadas sem riscos imediatos.

## **10 – PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS**

I - O Gestor de Contrato ficará responsável pelo acompanhamento e fiscalização, pela contratação e pelo recebimento da nota fiscal após a entrega dos mesmos.

II - O Fiscal de Contrato fará o contato para o início do recebimento dos bens e sua correta instalação, assim como será responsável pela fiscalização dos mesmos.

## **11 - CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:**

Esta unidade **não** identificou necessidade de contratações correlatas.

## **12 – POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS**

I - A lona plástica de polipropileno, apesar de sua utilidade e resistência, possui impactos ambientais relevantes, tais como:

II - Consumo de recursos naturais: A produção do polipropileno requer matérias-primas derivadas do petróleo, um recurso não renovável.

III - Emissão de poluentes: O processo de fabricação envolve emissões de gases de efeito estufa e resíduos químicos.

IV - Dificuldade de degradação: O material é de difícil decomposição, podendo permanecer no meio ambiente por longos períodos caso não seja descartado corretamente.

V - Geração de resíduos: Se não for reciclado, o descarte inadequado pode contribuir para a poluição do solo e da água.

### **Medidas de Mitigação**

Para reduzir os impactos ambientais da aquisição, serão adotadas as seguintes diretrizes:

I - Critérios de sustentabilidade na escolha do fornecedor: Priorizar fornecedores que adotem práticas sustentáveis, como o uso de matéria-prima reciclada ou processos produtivos de menor impacto ambiental.

II - Reutilização e Reciclagem: Incluir no termo de referência a recomendação para que o material seja reutilizado sempre que possível e, ao final de sua vida útil, encaminhado para reciclagem.

III - Certificações ambientais: Preferência para produtos que possuam certificações que garantam menor impacto ambiental, como ISO 14001 ou similares.

IV - Aquisição na quantidade estritamente necessária: Evitar compras excessivas para minimizar sobras e desperdício. Assim, a aquisição de lona plástica de polipropileno seguirá os princípios da eficiência, sustentabilidade e economicidade, garantindo que a contratação atenda às diretrizes ambientais previstas na legislação vigente.

V - Diante da necessidade da aquisição da lona plástica de polipropileno, busca-se mitigar seus impactos ambientais por meio de práticas sustentáveis, promovendo o uso responsável do material e incentivando sua destinação adequada.

VI - Dessa forma, a administração pública cumpre seu papel na redução dos impactos ambientais e na promoção do desenvolvimento sustentável, conforme os princípios estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

### **13 - DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE**

Esta Equipe de Planejamento declara **viável** esta contratação.

#### **13.1 – JUSTIFICATIVA DA VIABILIDADE**

I - Este Estudo Preliminar contempla o objeto a ser contratado, individualizado e detalhado com as especificações necessárias e suficientes para elaboração do Termo de Referência;

II - Certificamos que somos responsáveis pela elaboração do presente documento que compila os Estudos Preliminares do CMM e que o mesmo traz os conteúdos previstos na Instrução Normativa nº 58, de 08 de agosto de 2022.

III – Declaramos o reconhecimento, nos limites da atuação do planejamento da contratação e da fiscalização dos contratos, nos processos licitatórios, pela correta execução e do cumprimento das funções técnicas, assumindo a responsabilidade legal pela veracidade desta declaração, conforme os termos do Art. 22, §2º, da IN nº 05/2017, ratificado pela IN nº 98/2022.

### **14 – RESPONSÁVEIS**

<b>Equipe de Planejamento da Contratação</b>	<b>Equipe de Planejamento da Contratação</b>
CC (IM) FÁBIO FERREIRA DA ROSA CPF: 041.949.099-09 Telefone: (21) 3386-4581 E-mail: fabio.ferreira@marinha.mil.br	2º SG-CP 06.8579.65 MAXWELL DE LIMA PALITOT CPF: 095.366.327-21 Telefone: (21) 3386-4595 E-mail: palitot.lima@marinha.mil.br
<b>Equipe de Fiscalização Gestor do Contrato/Fiscal Administrativo:</b>	<b>Equipe de Fiscalização Gestor Substituto:</b>
CC (IM) FÁBIO FERREIRA DA ROSA CPF: 041.949.099-09 Telefone: (21) 3386-4581 E-mail: fabio.ferreira@marinha.mil.br	2º SG-CP 06.8579.65 MAXWELL DE LIMA PALITOT CPF: 095.366.327-21 Telefone: (21) 3386-4595 E-mail: palitot.lima@marinha.mil.br

<b>Equipe de Fiscalização</b> <b>Fiscal Técnico:</b>	<b>Equipe de Fiscalização</b> <b>Fiscal Técnico:</b>
3º SG-DT 10.0242.39 LEONARDO <b>BARROS</b> SOARES CPF: 125.234.727-83 Telefone: (21) 3386-4595 E-mail: barros.leonardo@marinha.mil.br	3º SG-DT 13.0163.00 BRUNO FELIPE <b>PAIVA</b> TORRES CPF: 168.221.817-17 Telefone: (21) 3386-4595/(22) 99854-2913

Rio de Janeiro, RJ. Na data de sua assinatura.

**ELABORADO POR:**

MAXWELL DE LIMA PALITOT  
Segundo-Sargento (CP)  
Encarregado da Divisão de Prefeitura

**APROVADO POR:**

Aprovo os presentes Estudos Técnicos Preliminares com fulcro no Art. 1º da Instrução Normativa nº 58, de 08 de agosto de 2022.

FÁBIO FERREIRA DA ROSA  
Capitão de Corveta (IM)  
Chefe do Departamento de Apoio